

Conselho de Administração da Eletrobras joga no lixo mais de meio milhão de reais!



EXTRATO DE CONTRATO Data: 02/03/2021

Contrato Nº ECE-DSS-4545/2021.

Modalidade: Contratação Direta.

Contratado: KORN FERRY (BR) CONSULTORES LTDA. CNPJ: 46.381.448/0001-01.

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria.

Prazo de vigência: 06 (seis) meses.

Valor: total estimado de **R\$ 575.824,85** (quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Data de assinatura: 12/02/2021.

Trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras foram surpreendidos com a indicação do Rodrigo Limp Nascimento, atual secretário de energia elétrica do MME, para o cargo de presidente da Companhia.

Contudo, a surpresa maior foi o Conselho de Administração da Eletrobras – CAE contratar por **R\$ 575.824,85 (quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco)** à Korn Ferry Consultores

LTDA. para encontrarem um “novo Pinto Junior”. Cabe lembrar que esta ação do CAE, sem consultar o acionista majoritário, é, de um lado, uma clara ação de gestão temerária, e, de outro, má-fé, pois demonstra que houve deliberadamente a intenção de burlar prerrogativas legais e constitucionais do acionista majoritário.

Não é de se estranhar tal comportamento do CAE. Na gestão de Wilson Pinto Junior o Conselho se tornou uma espécie de cidadela dos acionistas minoritários, lá eles pintam e bordam, como, por exemplo, as indicações de presidentes ligados a grandes minoritários; a aceitação de membros em flagrante conflito de interesse, como é o caso de Wilson Pinto Junior, agora presidente concorrente da BR Distribuidora, que passou ter assento no colegiado; a aceitação da Lúcia Casasanta, ex-diretora de (des)Conformidade, vinculada à eterna e privilegiada contratada Deloitte; dentre várias outras mazelas denunciadas pela AEEL.

Infelizmente, a experiência da Eletrobras com processos seletivos para escolha de executivos é decepcionante. Primeiramente, Wilson Pinto Junior, quando indicado para a Eletrobras, não passou por nenhum processo, caiu de paraquedas com a missão de fazer uma “privatização controlada” da Eletrobras. Controlada para resguardar os interesses dos grandes acionistas minoritários e de outros agentes interessados. Outro ponto a destacar neste quesito foi a escolha de Lúcia Casasanta para diretoria de Conformidade, que pelas reiteradas falas de Wilson Pinto Junior, foi por ele escolhida. E mais: em 12/03, durante sua despedida, declarou que recebeu das mãos de Elena Landau o currículo da atual diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, Elvira Presta Cavalcanti, o que denota que o processo conduzido pelo *headhunter* teria sido para inglês ver, em um jogo de cartas marcadas.

Agora, tendo a União lançado mão de suas prerrogativas de majoritária e indicar o novo presidente da Eletrobras, alguns conselheiros, alinhados com Wilson Pinto Junior, contrariaram-se com a decisão. Dentre os quais, Mauro Cunha, que apresentou carta de renúncia ao cargo. Este conselheiro, além de renunciar, deveria também, juntamente com os seus colegas de conselho, tomar as providências para o devido ressarcimento aos cofres da Eletrobras quase de R\$ 600 mil pagos à Korn Ferry:

Registro feito pelo conselheiro Mauro Cunha em sua carta de renúncia:

"Na data de hoje, 24.03.2021, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu, contra o meu voto, acatar a indicação do acionista controlador para o cargo de Presidente da Eletrobras. Tal decisão desviou do processo sucessório com o qual este conselho se comprometeu através de Comunicado ao Mercado em 25.01.2021. Adicionalmente, ignorou a opinião formal da consultoria externa independente contratada para nos assessorar neste processo, no sentido de que 'não recomenda o candidato para o cargo de Diretor Presidente'. Mais do que isso, inquirida, confirmou que manteria tal opinião ainda que a especificação do cargo fosse alterada para um maior foco em questões regulatórias, notadamente ligadas ao processo de capitalização da Eletrobras. Na mesma reunião, houve ainda, infelizmente, quebra irremediável de confiança no processo de governança deste conselho".

Lamentavelmente, o conselheiro Mauro Cunha não teve os mesmos valores éticos quando aceitou e concordou com a permanência de Wilson Pinto Junior no CAE, mesmo estando ele em flagrante conflito de interesse.

Quanto ao novo indicado, Rogério Limp, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou o seguinte: **"O Sr. Rodrigo foi indicado pelo acionista controlador, não tendo sido selecionado pela assessoria Korn Ferry, mencionada no Comunicado ao Mercado de 25 de janeiro de 2021. Não obstante, ele foi avaliado e recomendado pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, entrevistado e aprovado, por maioria, pelo Conselho de Administração, e atende aos requisitos legais e de qualificação técnica necessários para o cargo".**

Na verdade trata-se de um burocrata que não conhece tão bem assim o setor elétrico, tampouco a Eletrobras. Suas declarações públicas demonstram desconhecimento do setor e do papel estratégico da Eletrobras para a economia e nas questões geopolíticas, apresentando-se como um entusiasta de primeira hora do projeto de privatização da Eletrobras. Além disso, colaborou com o projeto do Temer e foi um dos articuladores da privatização das distribuidoras.

Wilson Pinto Junior, quando renunciou, informou que seria contratada uma empresa de *headhunter* para o processo seletivo do novo presidente e que seria este escolhido pelo CAE. O próprio Conselho emitiu comunicado informando sobre sua prerrogativa de escolher o próximo CEO. Na derradeira reunião de 12/03, Wilson Pinto Junior repetiu a "historinha"

de *headhunter*, que já estavam entrevistando candidatos e que o CAE escolheria o nome mais adequado. Ora, a julgar pela carta do conselheiro Mauro Cunha, Pinto Junior desconsiderou o trabalho da consultoria. Blefou. Tudo para continuar com acesso às informações privilegiadas da Eletrobras, enquanto preside a concorrente BR Distribuidora.

Outro importante registro foi a divulgação sobre o recrutamento conduzido pela Korn Ferry. Informaram que haviam três nomes ligados à Eletrobras, sendo os atuais diretores Elvira Presta Cavalcanti e Pedro Jatobá, bem como o ex-diretor de geração Antonio Varejão.

Embora saibamos que o escolhido viria com a missão de continuar a execução da política de destruição da Eletrobras, nossa avaliação era de que pelo menos a escolha fosse de um nome que conhecesse a empresa (à exceção de Elvira "Presta Conta à 3G" Cavalcanti) e com o qual pudéssemos dialogar sobre os temas que impactam no futuro da Eletrobras e de seus trabalhadores e trabalhadoras.

Em resumo: A ação do CAE em contratar a Korn Ferry sem ouvir a União é responsável por **um prejuízo de quase R\$ 600 mil aos cofres da Eletrobras!**

Moralmente, só a renúncia de Mauro Cunha não é suficiente para sanar o dano. Todo o Conselho deveria renunciar, bem como rejeitar a indicação à presidência apresentada pela União, visto que esta é uma prerrogativa do CAE.

Além disso, a saída de Wilson Pinto Junior do CAE é urgente! Como presidente de empresa concorrente ele não pode continuar a ter acesso às informações privilegiadas na Eletrobras! É mais uma questão ética e moral que o CAE deve resolver, independentemente da influência do ex-presidente da Eletrobras no colegiado.

SUBSTITUIÇÃO JÁ DE TODOS OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ELETROBRAS, PELOS CONFLITOS DE INTERESSES EXISTENTES, PELA FALTA DE CREDIBILIDADE, PELA FALTA DE TRANSPARÊNCIA E POR TRABALHAREM CONTRA OS INTERESSES DA SOCIEDADE! RESSARCIMENTO AOS COFRES DA ELETROBRAS JÁ!

Compartilhe este informe com os colegas.

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 26 de março de 2021.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

